



Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada: 317731
Classificação
05/05/09
Data
09/06/24



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 2861 /x (4 .ª)

Assembleia da República Gabinete do Presidente	Expeça-se
N.º de Entrada	Publique-se
Classificação	2009/06/25
Data	Q. Secretário da Mesa
	Rosário Alb

Assunto: Irregularidades na revisão de escalões de bonificações da CGD**Destinatário:** Ministro das Finanças

*Por determinação do SESP/AR, à
Sra. Secretária da Mesa*

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

09.06.25

Alb

Em Março deste ano dirigi ao Sr. Ministro uma pergunta referente à uma irregularidade observada na CGD, que afectou os valores da prestação do contrato de crédito à habitação de cerca de 15 mil clientes.

Como expus na altura, a justificativa apresentada remetia a um erro na determinação da classe de bonificação a que anteriormente tinham acesso, em função de correcção comunicada pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

Poucos dias depois a Caixa Geral de Depósitos anunciou que faria a reposição das quantias cobradas, afirmando ainda que as formas de liquidação seriam acordadas individualmente com os clientes, facultando até a possibilidade de pagamentos diferenciados sem juros.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem recebido diversas queixas de clientes que continuam sem ter resposta a esta situação, inclusive após terem feito reclamações junto ao Banco de Portugal, que afirma que o assunto está resolvido.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, requer-se à Ministro das Finanças os seguintes esclarecimentos:

- 1º) Entende o ministério da tutela que deve dar instruções à CGD para corrigir estas situações de alteração imprevista de regras no crédito bonificado, evitando prejudicar os clientes?
- 2º) Tem conhecimento de quantas situações deste tipo foram criadas pela CGD?
- 3º) Como tem acompanhado esta situação?
- 4º) Que medidas pretende tomar para regularizar esta situação, sem prejuízo dos clientes que foram afectados por medidas unilaterais e imprevistas?

Palácio de São Bento, 23 de Junho de 2009.

Deputado(a):

Francisco Louçã
Francisco Louçã